

FRANCISCO SÁ SOLAR HOLDING S.A.

Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020

Índice

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações do resultado abrangente	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras	7

Francisco Sá Solar Holding S.A.

CNPJ: 32.621.993/0001-05

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019*(Em milhares de Reais)*

Ativos	Nota	31/12/2020	31/12/2019	Passivos	Nota	31/12/2020	31/12/2019
			(não auditado)				(não auditado)
Caixa e equivalente de caixa	5	15	3.394	Fornecedores	12	2	8
Impostos a recuperar	6	-	-	Imposto de Renda a pagar	13	-	-
Adiantamento a fornecedores	7	-	-	Contribuição Social a pagar	13	-	-
Total do ativo circulante		15	3.394	Obrigações tributárias	13	-	-
Partes relacionadas	10	-	-	Arrendamento	11	-	-
Investimento	8	66.713	3.262	Outras contas a pagar	14	16	17
Imobilizado	9	3	2.200	Total do passivo circulante		18	25
Direito de uso	11	-	-	Financiamentos		-	-
Total do ativo não circulante		66.716	5.462	Partes relacionadas	10	41	-
				Arrendamento		-	-
				Total do passivo não circulante		41	-
				Patrimônio líquido			
				Capital social	15	45.377	3.390
				AFAC		21.538	5.604
				Prejuízos acumulados		(243)	(163)
				Total do patrimônio líquido		66.672	8.831
Total do ativo		66.731	8.856	Total do passivo e patrimônio líquido		66.731	8.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Document Classification: KPMG Public

Francisco Sá Solar Holding S.A.

CNPJ: 32.621.993/0001-05

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Despesas gerais e administrativas	16	(24)	(28)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(24)	(28)
Receitas financeiras	17	57	-
Despesas financeiras	17	(58)	(1)
Resultado financeiro líquido		(1)	(1)
Outras Despesas Operacionais		(13)	(5)
Operações Descontinuadas		(2)	-
Resultado Operacional		(40)	(34)
Despesas não Operacionais		(59)	(128)
Resultado antes dos impostos		(99)	(162)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Prejuízo líquido do exercício		(99)	(162)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Document Classification: KPMG Public

Francisco Sá Solar Holding S.A.

CNPJ: 32.621.993/0001-05

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Prejuízo líquido do exercício	(99)	(162)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(99)	(162)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Document Classification: KPMG Public

Francisco Sá Solar Holding S.A.

CNPJ: 32.621.993/0001-05

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)		-	-	-
Integralização de capital		3.391	-	3.391
Prejuízo líquido do exercício		-	(162)	(162)
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)		3.391	(162)	3.229
Integralização de capital	15	41.987	-	41.987
Prejuízo líquido do exercício		-	(99)	(99)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		45.378	(261)	45.117

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Document Classification: KPMG Public

Francisco Sá Solar Holding S.A.
CNPJ: 32.621.993/0001-05
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Resultado antes dos tributos		(99)	(162)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Juros e encargos		-	-
Juros sobre arrendamento	11	-	-
Amortização do direito de uso	11	-	-
		(99)	(162)
Variações em:			
Partes relacionadas	10	41	-
Adiantamento a fornecedores	7	-	-
Impostos a recuperar	6	-	-
Fornecedores	12	2	8
Obrigações tributárias	13	-	-
Caixa utilizado nas atividades operacionais		(56)	(154)
Pagamento de IR e CS		-	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(56)	(154)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição ao ativo imobilizado	9	2.196	(2.192)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		2.196	(2.192)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Arrendamento	11	-	-
Captação de financiamentos		-	-
Aumento de capital	15	41.987	3.390
Cauções e depósitos vinculados		-	-
Caixa líquido proveniente das atividade de financiamento		41.987	3.390
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		44.127	1.044
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	3.394	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	15	3.394
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		(3.379)	3.394

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A FRANCISCO SÁ SOLAR HOLDING S.A., é uma Sociedade por ações de capital fechado regida pelo Estatuto Social, Lei 6.404, de 15.12.1976 e constituída no Brasil em 31 de Janeiro de 2019 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, e iniciou suas atividades como uma sociedade holding de projetos de Energia Solar. A Companhia é controlada integralmente por Nebras Brazil Investment 1. Ltda.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia se manteve em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores. Não há previsão para o início das operações.

1.1. Covid-19

A companhia mantém contato com os órgãos oficiais para acompanhar a situação.

1.2. Relação de entidades controladas

	Participação acionária %	
	2020	2019
FRANCISCO SÁ 1 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	100	100
FRANCISCO SÁ 2 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	100	100
FRANCISCO SÁ 3 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	100	100

2 Base de preparação a apresentação das demonstrações financeiras

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base de mensuração:

(b) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(c) Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Para ativos mensurados ao custo amortizado, o Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A companhia e suas subsidiárias adotaram inicialmente as alterações ao CPC 15/IFRS 3 sobre definição de um negócio, e alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da companhia e suas subsidiárias. A companhia e suas subsidiárias aplicaram a Definição de um Negócio (Alterações ao CPC 15/IFRS 3) às combinações de negócios cujas datas de aquisição ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para avaliar se havia adquirido um negócio ou um grupo de ativos. O Grupo aplicou as alterações da reforma da taxa de juros de referência retrospectivamente às relações de hedging que existiam em 1º de janeiro de 2020 ou foram designadas posteriormente e que são diretamente afetadas pela reforma da taxa de juros de referência. O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de alguns instrumentos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

3.1 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota Explicativa 1.2.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.3 Ativos financeiros

Grupo possui apenas aplicação automática de liquidez imediata, consolidado à conta corrente, portanto, contabilizada como caixa e equivalentes de caixa.

3.4 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.5 Imobilizado em andamento

Ativos adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da depreciação acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos com vida útil definida são depreciados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ativos com vida útil indefinida não são depreciados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

O imobilizado em andamento está composto principalmente por ativos de projeto em andamento representando os complexos fotovoltaicos em construção. Uma vez iniciadas as operações, cada parque será depreciado com base na vida útil ou prazo contratual, dos dois o menor. Mais detalhes ver Nota Explicativa 9.

3.6 Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional, acrescidos do ágio e diminuído do deságio, enquanto que os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição.

3.7 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Nesta rubrica estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e obrigações por serviços prestados por fornecedores.

3.8 Outras Obrigações

Compromissos assumidos, à longo prazo, com empresas do mesmo grupo econômico.

3.9 Reconhecimento da receita

Receitas e Despesas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de caixa, reconhecimento, e seu rendimento, conforme demonstrativo enviado pelo banco. As despesas financeiras consistem em tributos, taxas e tarifas referentes à manutenção da conta corrente, sendo reconhecidas pelo regime de competência, conforme demonstrativo enviado pelo banco.

3.10 Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos e contribuições diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro esteja disponível para ser utilizado na compensação de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a reserva de reavaliação na extensão em que a sua realização seja provável.

4 Estimativas e premissas contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Não há estimativas e premissas que apresentem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	2020	2019
ITAU	-	3.394
BANCO BRADESCO	15	-
TOTAL	15	3.394

5.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Aplicação financeira mantida junto ao Banco Itaú, consolidada à Conta Corrente, classificada como Caixa e Equivalentes de Caixa por ser de liquidez imediata e não estar sujeita a grandes variações de valor. Tem o reconhecimento, seu rendimento e despesas no resultado, em regime de competência, conforme demonstrativo entregue pelo banco.

	2020	2019
Banco Itaú	-	3.394
Banco Bradesco	15	-

5.2 Avaliação dos Instrumentos Financeiros

Aplicações financeiras são classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

5.3 Gestão de risco financeiro

Em 31/12/2020 as SPE's de Francisco Sá eram pré-operacionais e tinham apenas aplicações em instrumentos financeiros (caixa ou equivalente a caixa). Em 31/12/2020 não haviam valores desembolsados em instrumentos de crédito.

5.4 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Fluxos de caixa contratuais

31/12/2020	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	2	2	-	-	-

6 Impostos a recuperar

	2020	2019
Tributos Federais	-	-

7 Adiantamento a fornecedores

	2020	2019
Adiantamento a Fornecedor	-	-

8 Investimentos

a) Movimentação dos investimentos

Subsidiária	2020	2019
FRANCISCO SÁ 1 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	22.298	1.128
FRANCISCO SÁ 2 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	22.301	1.131
FRANCISCO SÁ 3 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	22.301	1.131
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-187	-128
TOTAL	66.713	3.262

b) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas. As controladas foram incorporadas em 01 março de 2019, com isso a Companhia passou a ter três subsidiárias integrais, constituídas sob a forma de sociedade por ações.

2019					
	Particip %	ATIVO	PASSIVO	PL	PREJ.
FRANCISCO SÁ 1 ENERG. RENOV. S.A.	100	1.086	3	1.083	-79
FRANCISCO SÁ 2 ENERG. RENOV. S.A.	100	1.089	2	1.087	-75
FRANCISCO SÁ 3 ENERG. RENOV. S.A.	100	1.094	2	1.092	-70
		3.269	7	3.262	-224

2020					
	Particip %	ATIVO	PASSIVO	PL	PREJ.
FRANCISCO SÁ 1 ENERG. RENOV. S.A.	100	32.248	10.018	22.230	-102
FRANCISCO SÁ 2 ENERG. RENOV. S.A.	100	31.793	9.555	22.238	-94
FRANCISCO SÁ 3 ENERG. RENOV. S.A.	100	31.817	9.573	22.244	-88
		95.858	29.146	66.712	-284

9 Imobilizado em andamento

O valor registrado neste grupo equivale a todas as despesas necessárias para a construção da usina.

	2020	2019
Projeto em Andamento	3	2.200

10 Transações entre partes relacionadas

A companhia mantém saldos a receber com empresas do mesmo grupo, usualmente eliminados no mês subsequente.

	2020	2019
Partes Relacionadas	-41	-

11 Direito de Uso - Aluguel

A companhia e suas subsidiárias aplicaram as alterações da reforma da taxa de juros de referência retrospectivamente às relações de hedging que existiam em 1º de janeiro de 2020 ou foram designadas posteriormente e que são diretamente afetadas pela reforma da taxa de juros de referência. O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

	2020	2019
Direito de Uso	-	-
Depreciação - Direito de uso	-	-
Aluguel a pagar	-	-

12 Fornecedores e outras obrigações

	2020	2019
Fornecedores de Serviços	2	8

13 Impostos a Recolher

	2020	2019
Irrf a Recolher - Pessoa Jurídica	-	-
CSRF a Recolher	-	-
INSS Retido a Recolher	-	-
ISS Retido a Recolher	-	-

14 Outras contas a pagar

	2020	2019
Canadian Solar Desenv. Usinas	13	13
Contas a pagar	3	4
TOTAL	16	17

15 Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 45.377 (R\$ 3.390 em 31 de dezembro de 2019), além de R\$ 21.538 registrados em 31 de dezembro de 2020 como AFAC, com o total representado por 66.915.911 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela acionista Nebras Brazil Investment 1. Ltda, detentora de 100% das ações.

16 Gerais e administrativas

	2020	2019
Serviços de Terceiros	-	2
Serviços de Contabilidade	19	25
Serviços Advocatícios	-	1
Viagens e Estádias	5	-
	24	28

17 Resultado financeiro líquido

	2020	2019
Despesas Financeiras		
Juros, impostos e outros	-58	-6
Perda Equivalência Patrimonial	-59	-128
Receitas Financeiras		
Receita com aplicações financeiras	-	-
Outras receitas financeiras	57	-
	-56	-134

18 Imposto de Renda e Contribuição Social

Os Impostos e contribuições diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro esteja disponível para ser utilizado na compensação de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a reserva de reavaliação na extensão em que a sua realização seja provável.

19 Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos

Ativos financeiros	2019	2020
	Valor justo por meio do resultado	
Caixa e equivalentes de caixa	3.394	15
Passivos financeiros	Custo	
Fornecedores	8	2

20 Contingências

A companhia não possui em 31 de dezembro de 2020 e 2019 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

21 Compromissos Futuros

Aluguel - Contrato firmado com **AMD Participações Ltda** e as três subsidiárias, calculado **R\$1** (por subsidiária) ao mês adicionado de 1,5% da receita líquida de geração de energia. Compromisso para 2021: **R\$ 36**

22 Eventos Subsequentes

Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e abaixo estão descritos os principais riscos oriundos da pandemia:

- Atraso no início e por consequência na conclusão da construção do parque fotovoltaico;
- Risco de atraso no início das atividades comerciais.

De modo a endereçar esses possíveis riscos, a Companhia vem acompanhando e/ou adotando as seguintes medidas:

21.1 No Estado do Ceará, há vários atos, que impõe medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19.

21.2 A Companhia mantém contato com os órgãos oficiais para acompanhar a situação. Finalmente, a companhia notificou força maior a ANEEL (Agencia Nacional de Energia Elétrica), sobre os impactos da COVID-19 no andamento das obras, para caso seja necessário no futuro, estender a duração de prazo dos contratos de venda de energia elétrica.